

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a. Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b. Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c. Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d. Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e. Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f. Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g. A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h. Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- i. Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 194 municípios sendo 193 no Estado de Santa Catarina, e 01 município no Estado do Paraná (194 municípios, e sendo 01 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2018). Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

Dos 194 municípios, 184 encontram-se com os contratos de concessão vigentes, 07 com os contratos de concessão vencidos e 03 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
-------------------	----------------------	-------------------	----------------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

2019	1	2037	0
2020	3	2038	3
2021	5	2039	3
2022	5	2040	5
2023	8	2041	3
2024	7	2042	11
2025	3	2043	10
2026	2	2044	7
2027	2	2045	4
2028	11	2046	9
2029	4	2047	5
2030	12	2048	11
2031	2	2049	8
2032	4	2050	1
2033	0	2052	1
2034	6	2053	1
2035	4	2056	2
2036	19	2065	2

Total de 184 Municípios

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de outubro de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 13 – Ativo fiscal diferido

Nota 14 – Imobilizado e Intangível

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 20 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de

câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidas como perdas.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

A Companhia avaliou que não há indicativo de perda por *impairment*, e a Lei do Saneamento - Lei nº 11.445/07 - garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

Após a conclusão dos trabalhos de auditoria independente do 2º trimestre de 2019, a qual apresentou Ressalva pela inexistência de teste de *impairment*, a Companhia, a partir do levantamento dos bens para a base regulatória, que está sendo realizado na Companhia, conforme contrato STE 1643/19, fará o estudo para o teste de recuperabilidade de ativos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

r. Pronunciamento sobre Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, iniciou a vigência em 1º de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia está em processo de licitação PL 233/2019 para a contratação de empresa especializada para atender essa normativa. Data do Pregão previsto para 12 de novembro de 2019.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inadequada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- f. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

- g. Empréstimos e em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	10.670	4.902	10.670	4.902
Títulos e Valores Mobiliários	244.477	130.983	244.477	130.983
Contas a Receber (líquido de PDD)	201.755	219.660	201.755	219.660
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(777.411)	(657.184)	(777.411)	(657.184)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(514.424)	(501.696)	(514.424)	(501.696)

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2019 são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	738.281	172.930	911.211
Deduções da receita bruta	(69.384)	(16.224)	(85.608)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	668.897	156.706	825.603
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(318.876)
Lucro bruto			506.727
Depreciação e amortização total			(64.815)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(247.483)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(6.698)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			187.731

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2018 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	724.630	162.253	886.883
Deduções da receita bruta	(67.855)	(15.166)	(83.021)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	656.775	147.087	803.862
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(301.446)
Lucro bruto			502.416
Depreciação e amortização total			(60.861)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Despesas com vendas, gerais e administrativas	(518.176)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	1.368
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	(75.253)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imobilizado	42.195	47.689
Obras em andamento	1.054.603	1.022.857
Ativo intangível	1.611.224	1.531.404
Intangível em andamento	-	-
Ativos dos segmentos reportados	2.708.022	2.601.950
Total do ativo circulante	563.914	416.268
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	13.230	15.039
Ativo financeiro	38.164	38.164
Depósitos dados em garantia	93.583	96.702
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	12.936	48.070
Ativo fiscal diferido	97.952	110.399
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.528.105	3.326.896

Receita Operacional por Superintendência: Água

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Metropolitana	279.278	271.888
Sul/Serra	135.009	129.306
Oeste	165.725	175.765
Norte/Vale	158.269	147.671
Total	738.281	724.630

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Metropolitana	119.167	115.437
Sul/Serra	26.960	22.628
Oeste	20.849	19.441
Norte/Vale	5.954	4.747
Total	<u>172.930</u>	<u>162.253</u>

Receita Operacional por Município: Água

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Florianópolis	165.652	160.528
Chapecó	43.620	41.257
Criciúma	55.064	52.783
Rio do Sul	18.979	17.798
São José	69.878	66.663
Outros	385.088	385.601
Total	<u>738.281</u>	<u>724.630</u>

Receita Operacional por Município: Esgoto

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Florianópolis	96.292	94.147

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Chapecó	17.363	16.342
Criciúma	15.698	14.983
Rio do Sul	-	-
São José	22.658	21.085
Outros	20.919	15.697
Total	172.930	162.254

Resumo dos custos e despesas

Despesas	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	376.397	355.047
Vendas	67.723	67.694
Gerais e Administrativas	187.054	457.742
Total	631.174	880.483

Resumo das receitas

Receitas	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Água	738.281	724.630
Esgoto	172.930	162.254
Total	911.211	886.884

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Bens numerários	20	2
Bancos conta movimento	580	559
Bancos conta arrecadação	6.524	4.204
Bancos conta vinculada	3.546	137
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	10.670	4.902

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$244.477 (R\$130.983 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$244.477 em 30 de setembro de 2019, R\$97.922 refere-se a aplicação dos Recursos destinados especificamente à obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$146.555, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante		
Consumidores finais	177.282	180.186
Entidades públicas	18.323	22.152
Consumo a faturar	52.137	57.182
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(59.263)	(54.899)
Total Circulante	188.479	204.621
Não circulante		
Consumidores finais	6.010	6.362

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Entidades públicas	7.220	8.677
Créditos reconhecidos como perdas	194.987	179.470
(-) Perdas reconhecidas	(194.987)	(179.470)
Total Não circulante	13.230	15.039
Total Contas a Receber de Clientes	201.709	219.660

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2019, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	16.413	4.128	1.306	7.294	21.163	50.304
Industrial	2.737	564	174	792	4.649	8.916
Pública	14.868	2.216	2.177	11.160	75.256	105.676
Residencial	70514	28.951	7.475	40.017	93.919	238.926
Consumo a faturar	52.137	-	-	-	-	52.137
	<u>156.669</u>	<u>35.859</u>	<u>11.132</u>	<u>59.263</u>	<u>194.987</u>	<u>455.959</u>
PCLD	-	-	-	(59.263)	(194.987)	(254.250)
Total Contas a Receber	<u>156.669</u>	<u>35.859</u>	<u>11.132</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>201.709</u>

- a) A partir de 01 de novembro de 2019 será aplicado o reajuste tarifário de 2,61% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações, conforme autorizado pelas Agências Reguladoras ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Resolução nº 115, de 02 de setembro de 2019), ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Deliberação nº 025, de 10 de setembro de 2019), AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí (Decisão Complementar nº 072/2019 - Procedimento Administrativo nº 110/2019) e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (Resolução nº 14 de 27 de setembro de 2019).
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Em 30 de setembro de 2019 a conta apresenta um saldo de R\$ 5.443 (R\$10.600 em 31 de dezembro de 2018). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados do contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Materiais em almoxarifado	50.392	42.244
Materiais em poder de terceiros	55	55
Materiais em Trânsito	-	-
Outros	159	33
Total Estoques	50.606	42.332

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Adiantamentos a fornecedores	11.728	21.481
Convênios com prefeituras	7.256	7.259
Adiantamentos a empregados	4.095	1.562
Cauções	245	245
Pagamentos reembolsáveis	1.207	1.220
Impostos a recuperar	47.327	41.364
Outros créditos	720	659
Total	72.578	73.790

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 30 de setembro de 2019 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes dos ajustes</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos restantes</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2018</u>	<u>Saldo Contábil em 30/09/2019</u>
Balneário	967	121	0	967	-
Gaivotas					
Bombinhas	6.801	850	6	1.700	5.101
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	1	444	63
Gravatal	8.267	1.033	4	4.133	4.133
Guabiruba	2.062	258	7	258	1.805
Ilhota	1.498	188	6	371	1.127
Imbituba	24.817	3.108	3	15.492	9.325
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-
Morro da Fumaça	4.438	555	7	555	3.883
Penha	6.337	792	1	5.545	792
Praia Grande	983	123	2	737	246
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	7	24	165
São Francisco do Sul	6.423	803	2	4.817	1.606
São Jose do Cedro	3.585	448	3	2.241	1.344
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	7	1.225	8.574

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Total	<u>81.740</u>	<u>10.212</u>	<u>43.576</u>	<u>38.164</u>
-------	---------------	---------------	---------------	---------------

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2019	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2019
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	1.078	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Ilhota	2017	2.215	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					<u>503.705</u>

13. ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

				30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59.263	14.816	5.333	20.149	18.666
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44
Provisão para contingências cíveis	63.118	15.780	5.680	21.460	21.905
Provisão para contingências trabalhistas	16.845	4.211	1.516	5.727	5.660
Prejuízo Fiscal	148.741	37.185	13.387	50.572	64.124
	<u>288.095</u>	<u>72.024</u>	<u>25.928</u>	<u>97.952</u>	<u>110.399</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>97.952</u>	<u>110.399</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Total
Em 01 de janeiro de 2018	24.409	16.369	-	40.778
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	3.200	2.297	64.124	69.621
Em 31 de dezembro de 2018	27.609	18.666	64.124	110.399
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(378)	1.483	(13.552)	(12.447)
Em 30 de setembro de 2019	<u>27.231</u>	<u>20.149</u>	<u>50.572</u>	<u>97.952</u>

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 30 de setembro de 2019 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento

	31 de dezembro de 2018 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Munici- palizações e Ajustes	Aquisições / Transf.	30 de setembro de 2019 Líquido
Sistema de Água					
Produção/Distribuição	907.941	(34.000)	(294)	37.223	910.870
Sistema de Esgoto					
Redes/Tratamento	623.463	(26.906)	(8)	103.805	700.354
Total	1.531.404	(60.906)	(302)	141.028	1.611.224

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Água		
Produção	64.399	74.016
Distribuição	48.856	47.008
Projetos e obras de operação Imediata	12.632	7.531
Total Água	125.887	128.555

Esgoto

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	831.410	795.192
Projetos e obras de operação Imediata	1.325	892
Total Esgoto	832.735	796.084

Projetos e obras administrativas	81.474	83.930
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	14.507	14.288

Ativos Administrativos

Saldo inicial 01 de janeiro	47.689	56.260
Depreciação e amortização	(7.406)	(9.414)
Baixas, municipalizações e ajustes	(52)	(375)
Aquisições e transferências	1.964	1.218
Total Ativos Administrativos	42.195	47.689
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	1.096.798	1.070.546

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos reavaliados	329.620	345.561
Tributos sobre a reavaliação	(83.635)	(87.680)
Saldo da reavaliação	245.985	257.881

c) Ativos Intangíveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	30 de setembro de 2019			31 de dezembro de 2018
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	16.988	(6.326)	10.662	11.165
Concórdia	25.272	(8.604)	16.668	17.204
Chapecó	203.236	(68.712)	134.524	139.662
Criciúma Sistema Local e Integrado	298.306	(109.372)	188.934	196.114
Curitibanos	17.016	(7.933)	9.083	9.169
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.132.223	(428.253)	703.970	695.539
Laguna	22.944	(7.828)	15.116	14.699
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	28.756	(11.709)	17.047	16.280
Santo Amaro da Imperatriz	18.253	(6.820)	11.433	11.742
São Joaquim	60.675	(13.190)	47.485	48.014
São José	73.184	(30.569)	42.615	43.327
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	26.082	(8.266)	17.816	18.294
Siderópolis	15.151	(4.143)	11.008	11.310
Outros	555.260	(170.397)	384.863	298.885
	<u>2.493.346</u>	<u>882.122</u>	<u>1.611.224</u>	<u>1.531.404</u>

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	45.314	44.282	317.200	332.114	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	5.287	4.761	146.622	120.539	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	<u>50.601</u>	<u>49.043</u>	<u>463.822</u>	<u>452.653</u>	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	8.012	7.255	184.447	180.236	Ver nota explicativa
Banco BOCOM - BBM	-	50.000	-	-	5,8% a.a. + DI
Banco VOTORANTIM - CCB	-	28.028	-	-	5,75% a.a. + DI
Banco SANTANDER - CCB	-	-	-	-	5,75% a.a. + DI
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	-	42.294	-	152.853	IPCA + 9% a.a.
Debêntures	3.165	99.221	581.787	97.297	Ver nota explicativa
Total Operações no país	<u>11.177</u>	<u>226.798</u>	<u>766.234</u>	<u>430.386</u>	
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>61.779</u>	<u>275.841</u>	<u>1.230.056</u>	<u>883.039</u>	

- a) Em 30 de setembro de 2019 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2018).
- b) Em 30 de setembro de 2019 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.
- c) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano: 30 de setembro de 2019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

2019	24.615
2020	114.231
2021	242.923
2022	260.018
Após 2022	650.048
	<u>1.291.835</u>

Japan International Cooperation Agency – JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e ¥2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 30 de setembro de 2019 a Companhia recebeu o montante de R\$151.909. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do empréstimo é definido nas datas dos desembolsos, ou seja, juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O prazo do empréstimo é de 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 30 de setembro de 2019 a Companhia recebeu o montante R\$362.515 equivalente a €79.805.

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
2010	2032	19.380	20.095
2012	2034 a 2036	173.079	167.396
Total		<u>192.459</u>	<u>187.491</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Em 05 de junho de 2014 a Companhia realizou quitação de financiamentos junto ao Caixa Econômica Federal para obras de saneamento básico, com vencimentos entre 2014 e 2020, com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

Em 15 de maio de 2019, a Companhia realizou o resgate antecipado das contas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, no montante de R\$ 166.663.

Debêntures

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 15 de maio de 2019 vencendo-se, portanto em 12 de março de 2024, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2020, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Banco BOCOM - BBM, Banco VOTORANTIM – CCB e SANTANDER - CCB:

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou as Cédulas de Crédito Bancário – CCB com os bancos COCOM BBM, VOTORANTIM e SANTANDER, no montante de R\$ 100.028.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Em função da Ressalva no parecer da auditoria independente do 2º ITR de 2019, quanto ao Ajuste a Valor Presente dos empréstimos, a Companhia informa que está realizando os devidos ajustes necessários através da implantação do controle dos empréstimos no Sistema Operacional que a empresa utiliza. Os trabalhos deverão ser findados ao final de 2019.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante:</u>		
Provisão para férias com encargos	46.525	22.818
INSS	5.127	4.869
FGTS	1.193	1.626
IR s/folha de pagamento	1.371	2.352
Plano de saúde e previdência	14	13
Consignações	3.230	2.015
Participação em resultados	0	3.150
Vale alimentação	-	-
Indenizações trabalhistas	544	2.400
Outros	731	625
Total Circulante	58.735	39.868
<u>Não Circulante:</u>		
Participação em resultados	3.151	-
Participações Estatutárias	26	-
Total Não Circulante	3.177	-

Em setembro de 2019 foram reclassificados valores de participações do Circulante para o Não Circulante.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresenta os seguintes valores:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante:</u>		
. REFIS	7.651	8.728
. COFINS	6.066	6.467
. PIS/PASEP	1.314	1.402
. Imposto de Renda – retenções	136	118
. Imposto de Renda sobre lucro real	22.548	-
. PIS/COFINS/CSLL – retenções	469	443
. INSS de terceiros	697	896
. Contribuição social sobre lucro real	8.370	-
. Outros	347	542
Total circulante	47.598	18.596
<u>Não circulante:</u>		
. REFIS	29.119	34.653
Total não circulante	29.119	34.653

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

<u>Natureza:</u>	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	45.922	35.727	81.649	18.444

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo anterior	8.728	14.028	34.653	41.386
Transferências	5.864	8.628	(5.864)	(8.628)
Consolidação				
Atualizações (TJLP)	-	(1.453)	330	1.895
Amortizações	(6.941)	(12.475)		
	<u>7.651</u>	<u>8.728</u>	<u>29.119</u>	<u>34.653</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$ 83.635 em 30 de setembro de 2019 (R\$87.680 em 31 de dezembro de 2018), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
	<hr/>	<hr/>
Provisão para contingências fiscais	128	128
Provisão para contingências cíveis	63.118	64.428
Provisão para contingências trabalhistas	16.846	16.648
	<hr/>	<hr/>
	80.092	81.204
Depósitos judiciais	(93.583)	(88.131)
Depósitos – FIDC-Fundo de investimento direitos creditórios	-	(8.571)
	<hr/>	<hr/>
Total Depósitos dados em garantia	(93.583)	(96.702)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(13.491)	(6.926)
	<hr/>	<hr/>

Em 30 de setembro de 2019 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$168.752 (R\$151.511 em 31 de dezembro de 2018).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$63.118 em 30 de setembro de 2019 (R\$64.428 em 31 de dezembro de 2018).

b. Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 30 de setembro de 2019 (idem em 31 de dezembro de 2018).

c. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$16.846 em 30 de setembro de 2019 (R\$16.648 em 31 de dezembro de 2018) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$31.769 (idem em 31 de dezembro de 2018).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6%, aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI total

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Descrição		
<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	70.113	68.701
Total Circulante	70.113	68.701
<u>Não circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	383.677	418.214

Total Não Circulante	383.677	418.214
Total PDVI	<u>453.790</u>	<u>486.915</u>

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2005)

Este programa de demissão incentivada, aprovado pela Resolução nº 179/2005, foi viabilizado por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a. Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Público alvo: empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b. Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Aplicava-se aos empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas)

parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

Conta a receber de clientes

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	9.996	7.604
CODESC	-	106
CELESC	44	-
Total de contas a receber dos acionistas	10.040	7.710

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante:</u>		
CELESC	9.416	9.489
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	12.780	12.853

Empréstimos a pagar a acionista

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<u>Circulante:</u>		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	12.729	12.686
<u>Não circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	36.238	45.684
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>48.967</u>	<u>58.370</u>

Resultado das operações com acionistas

	30 de setembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita bruta de serviços prestados	21.101	27.075
Custos e despesas	(83.279)	(108.192)
Juros de empréstimo com acionista	(2.939)	(6.040)
Resultado	<u>(65.117)</u>	<u>(87.157)</u>

Empréstimos a pagar para acionista

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 30 de setembro de 2019, nos montantes de R\$12.729 e R\$36.238, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de

todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.260 em 30 de setembro de 2019 (R\$19.101 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2019 está representado por 715.094.432 ações (idem em 31 de dezembro 2018). São 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2017 e 2016) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (idem em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

	Quantidade de ações	
	30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018	
<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

24. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de setembro de 2019 e 2018 estão apresentadas abaixo:

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Tarifas de água	723.069	708.025
Tarifas de esgoto	172.894	162.226
Outras receitas de serviços de água	15.212	16.605
Outras receitas de serviços de esgoto	36	27
Total do faturamento	911.211	886.883
Impostos sobre vendas e outras deduções	(85.608)	(83.021)
Total receita líquida	825.603	803.862

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Salários e encargos	261.494	520.740
Materiais	43.262	37.651
Serviços de terceiros	181.960	171.362
Gerais e tributárias	49.205	40.849
Depreciações, amortizações e provisões	68.312	60.861
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	19.694	21.277
Recomposição de pavimentação	6.476	127.074
Fundos para programas municipais	770	670
Total	631.173	980.484

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
Salários	92.917	98.352
Custos previdenciários	43.726	40.815
FGTS	11.266	10.469
Programa de alimentação	23.660	20.368
Programa de saúde	17.823	15.844
PDVI – PL Demissão voluntária incentivada	19.765	286.622
Outros benefícios	52.337	48.270
Total	261.494	520.740
Número de empregados	2.502	2.444

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 30 de setembro de 2019, em relação a igual período de 2018:

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
<u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	1.169	867
Juros ativos	4.066	1.010
Rendimento de aplicações financeiras	8.680	9.200
Variações monetárias e cambiais	-	-
Ganho com Recuperação de Crédito	310	-
Outras	-	-
Total Receitas Financeiras	14.225	11.077

Despesas financeiras:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

Juros sobre empréstimos e financiamentos	(86.976)	(93.680)
Variações monetárias e cambiais	(338)	(16)
Correção Monetária Atraso Pagamento	-	-
Outras	(73)	(52)
Total Despesas Financeiras	<u>(87.387)</u>	<u>(93.748)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(73.162)</u>	<u>(82.671)</u>

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de setembro de 2019, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	30 de setembro de 2019	30 de setembro de 2018
<u>Outras receitas operacionais:</u>		
. Pessoal à disposição	1.308	2.383
. Indenizações e ressarcimento de despesas	1.539	342
. Comissão prestação de serviços/convênios	457	353
. Ressarcimento folha de pagamento	-	348
. Recuperação déficit atuarial Casanprev	-	-
. Ganhos com recuperação de crédl. fiscal e tributário	-	3744
. Vendas de bens do imobilizado	8	-
. Causas cíveis	-	-
. Reembolso mensalidade Unimed	916	1064
. Outras	90	304
Total Outras Receitas Operacionais	<u>4.318</u>	<u>8.538</u>

Outras despesas operacionais:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018 EM MILHARES DE REAIS

. Baixa de imobilizado	(353)	(151)
. Fiscais e tributárias	(330)	(3.078)
. Causas cíveis	(6.010)	(5704)
. Causas trabalhistas	(4.323)	1763
	<hr/>	<hr/>
Total Outras Despesas Operacionais	(11.016)	(7.170)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	<hr/> <hr/> (6.698)	<hr/> <hr/> 1.368

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.500. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$450. Além disso, a Companhia possui 503 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.
